

neste momento. Além de retirar do argumento central, do ponto de vista jurídico, parece retirar também um argumento, que seria o dia 17 um ato contra o PT, não só contra a presidenta Dilma, mas um ato contra o PT, por conta do chamado “escândalo da Petrobras”.

Ocorre que aí também, não só do ponto de vista jurídico, mas do ponto de vista político, a lista de Janot retirou motivações de muita gente. Aliás, há muita gente aliviada por diferentes razões. Há gente aliviada porque o seu nome não aparece na lista, mas há gente aliviada também porque está vindo que a lista não contém apenas o nome de um partido político.

Havia uma torcida, e nós percebemos, na semana passada, que mesmo nesta Casa, um deputado chegou a jurar de pé junto, não sei onde ele encontrou motivação para isso, dizendo que “não existe ninguém do PSDB na lista”. Parece que a saída do Aécio Neves da lista foi um processo negociado, já estão dizendo isso.

Mas, independente disso, porque as mídias sociais aceitam qualquer coisa - hoje coloca-se nas mídias sociais o que se quer colocar. Mas depois que apareceu o Anastasia na lista, parece que ninguém está mais disposto a dizer que não há ninguém do PSDB.

Não estou dizendo isso para provocar os companheiros do PSDB, porque há gente do PT também. Mas há gente do PP e de quase todos os partidos nessa lista, que é uma lista ainda provisória porque, a continuar as chamadas “delações premiadas”, a lista tende a crescer. Janot vai ter que elaborar mais uma lista. Até o inquérito, até tudo correr, até o processo, que vai durar anos, pode aparecer mais gente.

Então, isso arrefeceu um pouco o ânimo daqueles que estavam torcendo para ver se conseguiam ver apenas nomes na lista dos outros partidos, que não o seu. Penso que alguns dos partidos que agora estão incluídos na lista, estavam fazendo empenho para favorecer a convocação do dia 15, embora dissessem que não.

Aliás, não há ninguém assumindo claramente a proposta de cassação de mandato ou de impeachment. Não há ninguém dizendo claramente isso, o que, aliás, torna as indagações do deputado Rillo, líder do PT, ainda mais importantes. Se não é para isso, para quê vão à rua? Penso que existem razões. Há gente que vai para a rua porque houve um governo no País que resolveu dizer que as empregadas domésticas também têm direitos trabalhistas.

É possível que haja gente que esteja com essa motivação. É legítima essa motivação? Num certo sentido, todas as motivações são legítimas, exceto a do golpe. Ou, talvez, exceto outras questões, mas em especial, neste momento, a do golpe.

A segunda coisa da qual eu gostaria de tratar, aqui - e dizia, Sr. Presidente, que era mais para concordar do que para divergir - foram as palavras do deputado Campos Machado.

Deputado Campos Machado, eu tive a oportunidade de debater com V. Exa., durante oito anos em que fui deputado nesta Assembleia - muitas vezes, divergindo de Vossa Excelência. Aliás, neste meu retorno recente, tivemos um momento em que divergimos novamente. Sobre reforma política, por exemplo, V. Exa. tem algumas opiniões e eu tenho outras. Porém, não quero debatê-las.

Quero debater uma questão central que V. Exa. colocou - e é para concordar. Os suspeitos foram condenados, só porque estão em uma lista, cuja averiguação ainda vai-se fazer. Nisto, eu concordo com V. Exa.: nós estamos vivendo um momento da política, da vida nacional, social e cultural, em que, muitas vezes, se alguém faz a simples defesa de uma ideia, já é colocado em uma determinada lista e imputa-se a ele coisas que, na maioria das vezes, não fez.

Antes de falar do processo recente, quero falar um pouco da história, um pouco do passado. Antes dos suspeitos de agora, nós já tivemos, na história do Brasil, situações em que pessoas foram condenadas após um processo legal - e, neste caso, ainda não houve o processo legal - e, depois, ficou demonstrado que as pessoas eram inocentes. Há pessoas que foram condenadas pela opinião pública - e, agora, a Justiça retira esse processo.

Aliás, alguns companheiros foram chamados de “alopradados” - se eu não me engano, na eleição de 2006. Agora, reconheceu-se que a denúncia era, no mínimo, insuficiente. Nem foram considerados inocentes, mas se considerou que não havia condições de condenar essas pessoas, dada a insuficiência de provas ou mesmo de motivação para isso. Como vocês sabem, eram colegas como Hamilton Lacerda - não confundir com o nosso deputado Hamilton Pereira. É um companheiro, também, do partido. Eram pessoas que atuavam, na oportunidade, na campanha do nosso Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Nobre deputado Roberto Felício, peço licença para proceder, antes, à votação do pedido de prorrogação desta sessão por um minuto, feito pelo deputado João Paulo Rillo.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado.

Devolvo a palavra a V. Exa., deputado Roberto Felício.

O SR. ROBERTO FELÍCIO - PT - Voltando à história, talvez seja um dos casos mais evidentes que tivemos na história do Brasil. Tivemos inúmeros, mas, talvez, um dos mais notáveis - não pelo julgamento em si, mas pelo fato de que se transformou, mais tarde, em um dos principais heróis nacionais - tenha sido a condenação de um personagem chamado Tiradentes.

Já tive a oportunidade de falar desse assunto, aqui, anteriormente, em circunstâncias diferentes, mas Tiradentes foi condenado por uma corte. Houve um julgamento de fato. Houve acusação. Não houve ampla defesa, mas Tiradentes foi condenado pela corte portuguesa como um traidor da Coroa Portuguesa.

Tiradentes, de fato, é um personagem da história que traiu a Coroa Portuguesa. Portanto, poder-se-ia dizer que a condenação de Tiradentes foi, do ponto de vista jurídico, correta e legítima.

Acontece que esse personagem lutava pela independência do Brasil, em um fenômeno que ficou bastante conhecido na nossa história. Depois, ele foi transformado naquilo que de fato era: do ponto de vista da Nação brasileira, um herói, porque foi um brasileiro que lutou pela independência do Brasil - algo que veio a acontecer somente depois.

Entretanto, nós temos, na história da humanidade, inúmeros outros casos. Há operários que foram condenados na Justiça americana e que depois foram absolvidos.

Depois de terem sido condenados à morte se reconheceu, mas, nesse momento, eu acho que precisamos tomar um cuidado ainda maior, porque nós temos, hoje, mecanismos na sociedade que facilitam muito rapidamente que pessoas condenadas pela opinião pública já sejam consideradas culpadas, antes que se prove em juízo ou mesmo em outros fóruns que elas, de fato, têm aquela responsabilidade. Está virando moda. Deputado Roberto Engler, se alguém resolver postar no Face que V. Exa. é responsável por um episódio, quase que isso se multiplica tão rapidamente que faz com que V. Exa. esteja condenado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os, ainda, da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.
\* \* \*
- Encerra-se a sessão às 19 horas.
\* \* \*

## 10 DE FEVEREIRO DE 2015 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

**Presidentes: DAVI ZAIA e CARLÃO PIGNATARI**
**Secretários: CONSTÂNCIA FÉLIX e MILTON LEITE FILHO**

<b>RESUMO</b>
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - DAVI ZAIA Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento de mensagem do Governador, de 30/03/10, de urgência ao PL 272/10.</p> <p>2 - CAMPOS MACHADO Para comunicação, sugere a convocação de congresso de comissões.</p> <p>3 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Registra o pedido. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1272/14.</p> <p>4 - CAUÊ MACRIS Requer verificação de votação.</p> <p>5 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.</p> <p>6 - CAUÊ MACRIS Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSDB.</p> <p>7 - MILTON LEITE FILHO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.</p> <p>8 - JOÃO PAULO RILLO Declara obstrução ao processo de votação, pelo PT.</p> <p>9 - RITA PASSOS Declara obstrução ao processo de votação, pelo PSD.</p> <p>10 - JORGE CARUSO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.</p> <p>11 - SEBASTIÃO SANTOS Declara obstrução ao processo de votação, pelo PRB.</p> <p>12 - BETO TRICOLI Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.</p> <p>13 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Registra as manifestações.</p> <p>14 - GILSON DE SOUZA Para reclamação, questiona o fato de o líder do PSDB ter pedido verificação de votação ao PL 1272/14, que é do Executivo. Afirma que a matéria corrige uma situação já estabelecida. Considera que havia articulação do deputado Roberto Engler sobre a matéria. Solicita esclarecimento por parte deste parlamentar.</p> <p>15 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Alerta que o Plenário estava em processo de votação. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não atinge quorum para deliberação.</p> <p>16 - ESTEVAM GALVÃO Para comunicação, considera a situação inusitada. Questiona o pedido de verificação de votação, feito pelo líder do PSDB, a projeto de interesse do próprio Governo. Indaga se o Executivo não tem interesse na matéria, e sugere a retirada do mesmo. Informa que, na próxima legislatura, deve obstruir o projeto.</p> <p>17 - GILSON DE SOUZA Para reclamação, revela sua tristeza quanto ao pedido de verificação de votação. Questiona a obstrução do PSDB ao projeto do próprio Governo, que trata da doação de imóvel, em Franca. Combate atitudes do deputado Roberto Engler, que é da mesma cidade. Repudia o pedido feito pelo deputado Cauê Macris. Solicita ao deputado Roberto Engler que se manifeste sobre a matéria. Elogia a liderança do deputado Barros Munhoz. Reitera a sua decepção.</p> <p>18 - BARROS MUNHOZ Para comunicação, argumenta que a situação é delicada e incômoda. Enaltece seu respeito ao deputado Gilson de Souza. Lembra a dificuldade para votar o PL 1271/14. Cita suas tratativas junto ao governador sobre o projeto em referência. Manifesta respeito aos deputados Cauê Macris e Roberto Engler. Reflete sobre as circunstâncias políticas relativas ao projeto.</p> <p>19 - ORLANDO MORANDO Para comunicação, indaga se a votação foi concluída.</p> <p>20 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Responde afirmativamente.</p> <p>21 - CAMPOS MACHADO Pede a suspensão dos trabalhos por trinta minutos, por acordo de lideranças.</p> <p>22 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Registra o pedido.</p> <p>23 - GILSON DE SOUZA Para comunicação, recorda sua passagem por esta Casa. Faz indagação a respeito de futura apreciação do PL 1272/14.</p> <p>24 - BARROS MUNHOZ Para comunicação, faz ilação sobre eventual apreciação do PL 1272/14.</p> <p>25 - JOÃO PAULO RILLO Para comunicação, recorda a votação de projeto, na semana passada, de empréstimo para o Metrô. Questiona a obstrução por parte de integrantes do Governo. Faz indagação sobre a deliberação em causa. Argumenta que não há justificativa por parte de integrantes da situação.</p> <p>26 - BARROS MUNHOZ Para comunicação, reflete sobre as "razões que a própria razão desconhece". De outra parte, questiona a manifestação do deputado João Paulo Rillo, ao comentar reunião do Colégio de Líderes.</p> <p>27 - CAMPOS MACHADO Para comunicação, elogia a atuação do deputado Barros Munhoz. Justifica a posição do deputado João Paulo Rillo, manifestada na reunião do Colégio de Líderes, e no curso desta sessão.</p> <p>28 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas e 50 minutos. Defere o pedido do deputado Campos Machado e suspende a sessão por 30 minutos, às 19h47min.</p> <p>29 - CARLÃO PIGNATARI Assume a Presidência e reabre a sessão às 20h18m. Convoca uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Coloca em discussão o PL 565/09.</p> <p>30 - JOÃO PAULO RILLO Solicita verificação de presença.</p> <p>31 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constata quorum regimental.</p> <p>32 - CARLOS GIANNAZI</p>

Discute o PL 565/09 (aparteado pelos deputados Gilson de Souza e Barros Munhoz).

33 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, informa que houve entendimento entre as lideranças, que deram por decorridas três horas de discussão do PL 565/09.

34 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Registra a manifestação.

35 - BARROS MUNHOZ

Requer o levantamento da sessão, com assentimento das lideranças.

36 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, prevista para hoje, às 21 horas e 13 minutos. Levanta a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Davi Zaia.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência dá publicidade à seguinte solicitação:

“Sr. Presidente, pela Mensagem nº 44 de 30 de março de 2010, tive a honra de encaminhar a esta ilustre Assembleia o Projeto de Lei nº 272, de 2010, que dispõe sobre os limites da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery e dá providências correlatas. Tendo em vista a natureza da matéria, venho solicitar que a apreciação da propositura se faça em caráter de urgência, nos termos do Art. 26 da Constituição do Estado.”

Assina o governador Geraldo Alckmin.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, em consonância com as lideranças presentes em plenário requiero que seja convocado congresso de comissões para apreciar o PL 49 de lavra do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Esta Presidência recebe a solicitação de V. Exa. e encaminhará oportunamente.

Proposição em Regime de Urgência:

- Discussão e votação - Projeto de lei nº 1272, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 11.528, de 2003, que autoriza a Fazenda do Estado a doar imóvel situado no Município de Franca. Pareceres nºs 1185 e 1186, de 2014, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de infraestrutura, favoráveis. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, solicito uma verificação de votação e aproveito a oportunidade para registrar que o PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - O pedido de V. Exa. é regimental. A Presidência irá proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não” ou abstenção e registra a obstrução da bancada do PSDB.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Sr. Presidente, quero registrar que a bancada do Democratras está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - A Presidência registra a obstrução da bancada do Democratras.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, quero registrar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - A Presidência registra a obstrução da bancada do PT.

A SRA. RITA PASSOS - PSD - Sr. Presidente, quero registrar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - A Presidência registra a obstrução da bancada do PSD.

O SR. GILSON DE SOUZA - DEM - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de entender o que está acontecendo aqui na Casa.

O próprio líder do Governo é contra um projeto da Franca, que é sobre a devolução de uma correção de área, que era da instituição agostiniana, em 2003, que o Governo só, através da Procuradoria do Estado, ajustou o projeto e o mandou para cá.

O PSDB é contra, através do deputado Roberto Engler, que não se manifesta e que fica caladamente no plenário e que faz toda articulação por baixo, votando contra a cidade. Um deputado que se manifesta contra a cidade dele, que o elegeu como deputado, e não fala nada. Ele vai para cá, vai para lá, ele é contra o projeto de verdade. Só que não tem coragem de assumir a sua posição, que é contra. Ele põe o seu líder, o deputado Cauê Macris, que fica para lá e para cá fazendo o joguinho da liderança. Ele disse para mim que cumpre o que o deputado fala porque ele votou nele para elegê-lo. É um absurdo!

Só quero que o deputado Engler se manifeste porque ele é contra o projeto. Ele tem que explicar como deputado da cidade o porquê é contra o projeto da Franca.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Estamos em processo de votação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, para manifestar a obstrução do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Em obstrução a bancada do PMDB.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente, o Partido Republicano Brasileiro está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Registrada a obstrução do PRB.

O SR. BETO TRÍCOLI - PV - Sr. Presidente, para registrar a obstrução do PV.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Está registrada o obstrução do PV.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Sr. Presidente, posterior a este projeto, o que temos para a pauta?

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Nesta sessão ainda temos o item nº 2, que é o PL 565/09, de autoria do Tribunal de Justiça. Projeto que altera o Art. 4º da Lei estadual 11.608, que dispõe sobre a "taxa judiciária".

\* \* \*

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 29 Srs. Deputados: 24 votaram “sim”, quatro votaram “não” e este deputado na Presidência, quorum insuficiente para a deliberação.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu nunca assisti o que estou assistindo hoje

nesta Casa. O PSDB, que é o partido do governo, está nesta Casa para dar apoio, dar governabilidade a S. Exa., o senhor governador, assim como nós, de outros tantos partidos. Em especial o PSDB, que é exatamente o partido do governador. O PSDB, através de seu líder, deputado Cauê Macris, está impedindo, dificultando a aprovação de um projeto do próprio governo.

Eu peço ao PSDB, eu peço ao líder do PSDB que ele informe a mim e a minha bancada se o governo não tem interesse na votação deste projeto. Caso o governo não tenha interesse, eu sugiro que o governador retire o projeto, porque isso facilita o nosso trabalho na Assembleia Legislativa. Caso contrário, eu quero deixar registrado que a partir da próxima legislatura, a partir da próxima semana, caso a S. Exa., o senhor governador, não retire este projeto, se ele voltar à pauta para votação, eu farei o possível para também dificultar, pedindo verificação etc.

O SR. GILSON DE SOUZA - DEM - PARA RECLAMAÇÃO - Eu quero, mais uma vez, dizer da minha tristeza nesta Casa. Eu que a vida inteira votei, ajudei, acompanhei.

Ver um projeto de Franca rejeitado e ter um deputado aqui que não se manifesta e que trabalha contra, para que o projeto não seja votado porque ele acha que o projeto não pode ter mérito do deputado Gilson de Souza, que tudo que vai a Franca tem que ser mérito dele - e ele é um deputado que está aqui com vários problemas.

O deputado Rafael Silva o levou ao Conselho de Ética. O então deputado Marquinho Tortorello também o levou ao Conselho de Ética. O Dilmo, em Santa Bárbara D'Oeste, também reclamou dele. Eu convivo com o deputado. Agora não sou mais deputado e recebo como final de um projeto do governador uma ação desse deputado que ficou seis meses trabalhando nos bastidores, usando o líder Cauê Macris, que também chegou jovem, sem experiência na Casa, porque, se ele tivesse experiência, não faria isso.

O que ele fez? Ele trabalhou, usou e usou, politicamente falando, como sempre fez. E ele não vem aqui dar o voto dele. O deputado não aparece, como sempre, mas ele coloca outdoor, ele divulga os projetos na região, em tudo ele aparece, em tudo põe a cara. Mas aqui, para votar, ele não vem. Cadê o deputado Engler? Venha votar “sim” ou “não” ao seu projeto, V. Exa. que trabalhou tanto para o projeto não ser colocado.

Eu não estou brigando. Só acho isso uma verdadeira injustiça nesta Casa. O PSDB de Barros Munhoz, que é uma liderança, um exemplo de político, junta todas essas lideranças e não dá conta de votar um projeto desses para Franca, porque o governador mandou? Que liderança tem nesta Casa, quem são esses líderes que vão ao Colégio de Líderes, falam que vão votar e não cumprem nada? Esta é a maior decepção da história.

O dia em que eu voltar para a Casa, ninguém vai ser o meu líder, o líder serei eu. Isto é o maior absurdo que eu já vi na história desta Casa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, é uma situação difícil, delicada, incômoda. Eu acho que nesta Casa a grande maioria dos deputados tem um grande respeito, uma grande admiração e uma grande consideração pelo deputado Gilson de Souza.

O governo fez o que lhe competia. Eu, como líder do Governo, e o Colégio de Líderes é testemunha disso, quantas vezes quis votar e não foi possível. Para esclarecer a dúvida, fui ao governo e o indaguei: “O projeto é de interesse do governo?”. E recebi orientação. O líder do Governo recebe orientação. Ele discorda quando entende que deve, ele discute quando quer aprimorar um projeto, quando quer melhorá-lo, quando quer defender os interesses de uma categoria profissional, para aprimorar um projeto. Enfim, é papel do líder do Governo, mas neste caso entendi que nada mais havia a fazer a não ser tentar aprovar o projeto.

Entendo perfeitamente a posição do grande líder e grande deputado. É jovem sim, mas já é experiente. Já foi presidente da Câmara Municipal de Americana e foi vereador na legislatura passada. É líder do PSDB, a maior bancada com assento nesta Casa. É vice-presidente estadual do PSDB. Enfim, é alguém que já do berço aprendeu a fazer política com ética e com dignidade. Ele respeita um deputado da bancada do PSDB. É natural.

Não fazemos política com seres extraterrestres. Fazemos política com seres humanos. Há sentimentos, há relacionamentos. Tenho certeza de que o deputado Roberto Engler, que também tem todo nosso respeito e consideração, tem as suas razões para tomar as decisões que está tomando, até porque ele é um deputado que responde por suas ações. É um deputado responsável.

Peço ao deputado Gilson de Souza que compreenda. Não é nada contra ele. É uma circunstância da política. Acho que todos têm que ser respeitados. Eu mantive a posição do Governo. Votei e votei favoravelmente. Entendo perfeitamente tanto a posição do líder, Cauê Macris, como a posição dos nossos companheiros do PSDB. Eles entenderam que por solidariedade ao deputado Roberto Engler tinham que não votar. E não votaram. Respeito essa posição. Peço ao deputado Gilson de Souza que compreenda essa situação.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Sr. Presidente, a votação foi concluída e encerrada?

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Sim.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, quero indagar se V. Exa. já decidiu sobre a convocação do congresso de comissões para apreciar o projeto.

O SR. GILSON DE SOUZA - DEM - Sr. Presidente, só para encerrar esse assunto e responder ao líder do Governo. Quero saber do líder, mediante sua fala. Deixo, talvez por um período, talvez para sempre, minha passagem pela Casa. Se o projeto voltar, e eu não sendo mais deputado, ele vai pleitear o projeto para ter o mérito da ação? Vossa Excelência votaria favoravelmente ao projeto ou esse projeto não vai mais ser votado? Só uma resposta, já que V. Exa. colocou que ele tem os méritos. Que méritos há em negar um projeto da cidade, de uma instituição? Que mérito é esse? Será que ele quer que eu saia? Não estarei aqui. Como ele faz? Vai falar para o pessoal que foi ele que conseguiu?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, não vou entrar em uma briga caseira e muito franca. Quero dizer que, se o projeto vier novamente à pauta, vou votar favoravelmente e vou registrar o esforço do deputado Gilson de Souza para sua aprovação enquanto esteve na Casa. Farei isto de todas as maneiras que estiverem ao meu alcance.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Esta Presidência informa a todos que este projeto vai continuar na Ordem do Dia.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nós da bancada do PT, na semana passada, discutimos e votamos favoravelmente ao projeto do financiamento do Metrô. Fomos acusados por alguns deputados de obstruir o projeto. Somos oposição, não temos obrigação nenhuma de votar o projeto.

O que presenciamos aqui hoje? Parte da base do Governo obstruiu um projeto do Governo. O que o deputado Gilson de Souza pergunta, e com toda a razão, nós também perguntamos. Quem poderia responder isso? Por que obstruíram o projeto relacionado ao município de Franca, a uma doação da Associação dos Agostinianos? O Estado devolveria o terreno.

Já nos posicionamos contrariamente ao projeto. Vamos apresentar uma declaração de voto quando se for votar o pro-